

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 03 / 05 / 2022

Ata n.º 10 destinada a:



LA

NR

ATA N.º 10

Aos três dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS

VICE-PRESIDENTE VALENTINO SALGADO CUNHA

**VEREADORES RICARDO MANUEL COELHO VIDEIRA
TIAGO ANDRÉ HORTELÃO ALDEIAS
LUÍS FILIPE LARANJO MATIAS**

A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Helena Alcácer.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que no dia 23 de abril esteve presente nas finais distritais de futsal e na abertura do Concerto da Liberdade, promovido pela Filarmónica Simão da Veiga de Lavre, no dia 25 participou nas comemorações do 48.º Aniversário do 25 de Abril, nomeadamente na Estafeta da Liberdade, nos jogos tradicionais e na Sessão Solene e no dia 26 presidiu o Conselho Intermunicipal da CIMAC. No dia 28 participou na reunião da Assembleia Intermunicipal da AMGAP, no dia 29 participou na sessão da Assembleia Municipal e no dia 1.º de maio esteve presente no encontro de Aeromodolismo, no Pavilhão Gimnodesportivo de Vendas Novas. No dia 2 esteve presente na CCDRALentejo, para conhecimento do Programa Operacional "Alentejo 20/30" e esteve presente na consignação da obra da Praceta Almirante Gago Coutinho.

Interveio o **Vice-Presidente**, referindo que dia 23 de abril esteve presente nas finais distritais de futebol, em Borba, e no dia 25 participou nas várias comemorações do 25 de Abril, nomeadamente, na Estafeta da Liberdade, nos Jogos Tradicionais e na Sessão Solene do 48.º Aniversário do 25 de Abril. No dia 27 participou nas Assembleias Participativas, em Marconi e nos Campos da Rainha e no dia 29 esteve presente no 8.º Aniversário da CPCJ de



Vendas Novas, que organizou uma Caminhada pela Prevenção dos Maus Tratos na Infância, bem como formou o Laço Humano Azul, no Estádio Municipal, o e, ainda nesse dia, esteve presente na Sessão da Assembleia Municipal. No dia 30 esteve presente no 4.º Aniversário do Cante, que organizou 1.º Encontro Anual de Cante e no dia 2 de maio participou na visita à Escola Agrícola – Associação Técnico-Profissional D. Carlos I e esteve também presente na consignação da obra da Praceta Almirante Gago Coutinho.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, dando conhecimento que no dia 25 de Abril participou nos diversos eventos das comemorações do 25 de Abril, no dia 27 participou na Assembleia Participativa nos Campos da Rainha, no dia 29 esteve presente na sessão da Assembleia Municipal e no dia 1 de maio esteve presente no encontro de Aeromodolismo Indoor, no Pavilhão Municipal.

Interveio o **Vereador Luís Matias**, informando que no dia 25 de Abril esteve presente na Sessão Solene Comemorativa do 48.º Aniversário do 25 de Abril e no dia 29 esteve presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal. Relativamente à obra dos passeios no quarteirão do cemitério da Landeira, pergunta qual é o ponto de situação dessa obra e o que está previsto fazer no que diz respeito aos resíduos de construção e demolição deixados no local e à plantação de árvores naquele espaço, uma vez que a obra já se encontra concluída. Em relação ao projeto de execução dos passeios na envolvente ao cemitério da Landeira, o **Presidente** informa que foi executada a obra de construção civil, tendo ficado para a Câmara Municipal fazer, a plantação das árvores naquela envolvente onde não está prevista a expansão do cemitério. Acontece que o concurso que a Câmara Municipal lançou em 2021 ficou deserto e, neste momento, a informação que tem é que ainda não há árvores disponíveis para entrega, aguardando-se a disponibilização para se poderem fazer as plantações. Informa que a mesma situação acontece em outras zonas em que se tinha previsto plantar cerca de 250 árvores, que não foi possível fazer porque não têm existido árvores para entrega, à semelhança de muitos outros materiais. Quanto aos resíduos de construção, afirma que irá averiguar de forma a promover a sua retirada.

O **Vereador Luís Matias** refere que teve conhecimento que no Dia da Árvore houve plantações, por parte de alunos, em várias zonas da cidade e gostaria de saber se também houve na Landeira e se foi ou não equacionada, por exemplo, plantar no referido espaço onde também está em falta.

Tomou a palavra o **Presidente**, esclarecendo que as árvores não estavam incluídas na empreitada de requalificação dos passeios, tendo sido decidido que a plantação das árvores seria feita por administração direta com os serviços da Câmara Municipal.

Relativamente às árvores que foram plantadas no Dia da Árvore, o **Vice-Presidente**



LR
ND

informa que, em Vendas Novas foi na Avenida Craveiro Lopes e na Landeira também foi plantada uma árvore junto ao Polidesportivo e outra nos Amigos da Landeira, na parte do Jardim de Infância, que eram as árvores que a Câmara Municipal tinha em estufa.

Interveio **Vereador Tiago Aldeias**, referindo que considera importante que se clarifique o sentido de voto das forças políticas relativamente às deliberações da Câmara Municipal, aquando da sua publicação em edital e conseqüentemente nos Boletins Municipais e na Informação Municipal. Relativamente à Feira da Bifana, solicita que seja feita uma "lavagem de cara" do edifício municipal, como por exemplo a porta do edifício, pois já há algum tempo que não é feita a manutenção. Pergunta também o que é que a Câmara Municipal pensa fazer com o autocarro que se encontra à entrada do estaleiro municipal e que já não é utilizado. Por fim, relativamente ao serviço de fiscalização municipal, pergunta quantos trabalhadores estão afetos e se existem problemas no referido serviço e o que o executivo pensa sobre o mesmo e sobre o seu atual funcionamento.

Relativamente aos editais, o **Presidente** informa que os mesmos seguem um preceito legal, para dar eficácia externa às deliberações da Câmara Municipal e as votações nunca tiveram nenhum grau de detalhe, porque o que o edital deve fazer é divulgar o efeito final das votações. Refere que irá avaliar com a chefia da DAF se isso será possível porque todos os editais obedecem a um protocolo determinado na lei. Em relação à "lavagem de cara" do edifício da Câmara Municipal, informa que a Câmara Municipal tem um projeto de requalificação do referido edifício que foi feito internamente e que já está concluído e além da questão da fachada tem também a questão das caixilharias, para o aumento da eficiência energética, a substituição de portas e a requalificação das casas de banho, bem como a colocação de uma plataforma de acesso ao primeiro andar. No entanto, no final do ano passado ou este ano não houve candidaturas abertas, informando que neste momento o que está a ser feito é tentar identificar oportunidades de financiamento para que a Câmara Municipal não tenha de utilizar o seu orçamento a 100 % para a requalificação do edifício. Relativamente ao autocarro que se encontra à entrada do estaleiro, informa que o mesmo está em uso, aliás no próximo fim-de-semana irá ser utilizado. Refere que apesar do mesmo não transportar crianças, este é pontualmente utilizado com os ranchos ou os corais, para os quais não há essa limitação. De qualquer das formas, informa que é intenção do executivo trazer à reunião de Câmara Municipal, uma proposta de protocolo com o Estrela Futebol Clube, para que o autocarro possa ser doado ao referido clube, no âmbito de um acordo que a Câmara Municipal tinha com o mesmo por causa das comemorações do centenário. No que diz respeito à fiscalização municipal, informa que neste momento a Câmara Municipal tem um fiscal municipal e a previsão de um segundo fiscal, sobretudo pelo



aumento das competências das Câmaras Municipais, muitas das quais trazem acrescidos serviços de fiscalização.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, informando que nos últimos tempos os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" foram abordados por alguns cidadãos relativamente ao aumento do prazo de resposta dos serviços municipais, nomeadamente no que diz respeito à emissão de certidões, pedidos de informação urbanística, isenções, entre outros, problema que acaba por condicionar os investimentos que vêm sendo feitos no Concelho de Vendas Novas e que considera que é importante que sejam resolvidos. Nesse sentido, pergunta se o Presidente tem essa perceção e em caso afirmativo, como é que o pretende resolver.

O **Vereador Tiago Aldeias**, acrescenta que no presente dia foi ao Serviço de Atendimento e este já tinha menos um trabalhador.

Em relação à questão dos prazos e do funcionamento do Balção Único, o **Presidente** informa que nos últimos dois anos existiram um conjunto de circunstâncias adversas, não só com a aposentação de trabalhadores e com a abertura de concursos que ainda não se encontram concluídos, mas também com algumas baixas clínicas de alguns trabalhadores, que colocam em causa o regular funcionamento do referido serviço, afetando automaticamente os prazos de resposta. Afirmo que essa é uma das áreas onde está identificada uma maior carência de trabalhadores, pelas razões que referiu. Informo que, para resolver a situação, o executivo está a perspetivar terminar o concurso que foi aberto em 2021 e ficar com bolsa de recrutamento para a possibilidade de substituir outra pessoa de imediato, caso venha a ser necessário. Atualmente, o referido serviço tem menos três pessoas face ao que é normal, o que não pode deixar de condicionar o normal funcionamento do mesmo.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, perguntando se o executivo tem um horizonte temporal definido para que, pelo menos parcialmente, esta questão seja resolvida.

Tomou a palavra o **Presidente**, referindo que irá confirmar com o serviço de recursos humanos, mas pensa que se estaria a avançar para a fase de entrevistas do concurso, sendo que houve muitos concorrentes, o que fez com que a avaliação curricular tenha levado muito tempo a ser feita.

O **Vereador Ricardo Videira**, deixa o apelo para que este processo seja o mais rápido possível, dentro daquilo que as normas legais permitem, de forma a que a população não fique prejudicada pelos serviços que a Câmara Municipal está a prestar e para que os colaboradores do Município, que neste momento estão em funções, também não fiquem sobrecarregados.



LR

APD

O **Presidente** afirma que esse é o ensejo de todos, mas nos procedimentos públicos há um conjunto de prazos que não ajudam a ser céleres, informando que será feito o que é possível para que o processo seja concluído, sempre cumprindo os prazos legais de um concurso público.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, o **Vereador Luís Matias** informa que os Vereadores da "Coligação Vendas Novas Primeiro" concordam com alguma limitação do número de participantes em algumas atividades, também por causa da qualidade acústica de certos espetáculos e daí a utilização do auditório que limita um pouco a participação e que compreendem. No entanto, propõe que em outro tipo de atividades de futuros eventos, as coisas possam ser feitas de forma diferente e que não impliquem o pagamento para a sua participação no âmbito das celebrações.

Tomou a palavra o **Presidente**, regressando ao ano de 2015 quando este tema foi discutido em reunião de Câmara Municipal e em que a CDU usava o argumento agora utilizado pelo Vereador Luís Matias, de que os espetáculos deveriam ser gratuitos porque sempre tinham sido. Afirma que isso foi argumentado de duas formas, a primeira é que numa Câmara Municipal que tem um orçamento reduzido, muitas vezes a maneira de trazer a Vendas Novas alguns artistas de maior renome e dar aos vendasnovenses o acesso à cultura com alguma qualidade, era haver uma comparticipação, por esse espetáculo, à Câmara Municipal. O outro argumento é que a cultura, tal como qualquer outra realização, tem de ser valorizada e o pagamento é a forma de o fazer. Informa que foi identificada uma questão que o coloca em consonância e em concordo com o que é agora veiculado, que é a questão do espetáculo do 25 de abril. Ou seja, o concerto da Liberdade este ano foi pago, o que não é hábito, afirmando que no próximo ano o executivo tentará que assim não seja.

O **Vereador Luís Matias** afirma que uma coisa é existirem espetáculos culturais ao longo do ano que sejam pagos para que as pessoas que tenham interesse possam ir ver, estimulando a cultura para que a mesma não fique apenas associada às festividades ou a eventos. No entanto, que no que diz respeito ao 25 de Abril, considera que se deve procurar fazer de forma diferente, não apenas nos concertos, mas também, por exemplo nas atividades para as crianças, que este ano também eram pagas.

Relativamente às atividades para as crianças, o **Presidente** informa que a Câmara Municipal já tinha o cartaz das festividades fechado, quando o empresário de Vendas Novas apresentou a proposta de fazer esse incremento na oferta para o parque desportivo.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, informando que a CDU concorda com a preocupação manifestada, porque entende que a cultura deve ser acessível a todos e que deveriam haver momentos culturais gratuitos nas comemorações do 25 de Abril.



2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apoio à atividade regular do Associativismo para o ano de 2022 – proposta final de apoios

Decorrido o período de análise das candidaturas recebidas pelos respetivos serviços e o prazo de audiência prévia e no seguimento do processo de apoio à atividade regular do associativismo para 2022 no âmbito do respetivo Regulamento, remete-se proposta final de apoios, proposta de minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades associativas e respetivos relatórios de análise de cada serviço, incluindo informações sobre questões específicas de determinadas entidades associativas (eixo social).

Tomou a palavra o **Presidente**, enquadrando o assunto.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, afirmando que, desde o debate do Orçamento para 2022 e do Regulamento para Apoio ao Associativismo, realizado em 2022, já houve algumas variáveis importantes que se alteraram. Em primeiro lugar, uma elevadíssima taxa de inflação, que se nota e muito, por exemplo nos custos dos combustíveis e que tem reflexo direto na atividade de cada uma das associações, mas que também tem reflexo direto no apoio que é disponibilizado pela Câmara Municipal em quilómetros. Existe ainda uma segunda variável que lhe parece muito relevante ao analisar os documentos que vêm à reunião de Câmara Municipal no presente dia, que é o aumento do número de associações e de atletas que concorrem a este tipo de apoios da Câmara Municipal. Sendo que a proposta que é apresentada, que vem com base no regulamento, tem o mesmo valor global dos últimos três anos em termos de valores ao nível do desporto e da cultura, que é onde há um maior aumento de concorrentes, o que significa que haverá menos para distribuir para cada um. Pergunta se o Presidente está disponível para avaliar o valor global dos apoios a atribuir, em função da alteração das circunstâncias que referiu. Relativamente aos critérios de como são distribuídos os apoios na área do desporto, refere que não consta na informação como são definidos os coeficientes, o que limita o que significa cada critério em termos do apuramento da verba a distribuir, como acontece nas outras áreas e isso torna ainda mais difícil a interpretação da forma como são distribuídas as verbas. Nesse sentido, pergunta como é que uma associação que este ano tem aproximadamente o mesmo número de atletas que nos últimos três anos, vê reduzido o seu apoio financeiro em quatro vezes. Afirma que, na mesma linha, existem algumas associações que têm mais património e menos atividade e recebem também mais financiamento, considerando importante perceber qual é o critério para que esse apoio seja concedido e como se valoriza o mesmo, para que



LL

ASD

não hajam injustiças para com as outras coletividades e associações. Acredita na bondade e ponderação que é realizada, mas afirma que não havendo a referida informação, é difícil avaliar a justiça dos valores que estão a ser propostos. Solicita ao Presidente que clarifique como se chega aos valores na área desportiva, para que possam aprovar o documento.

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que quando é preparado um orçamento, é feita uma previsão do enquadramento e contexto macroeconómico que se irá ter, pelo que quando estes apoios foram propostos era com uma realidade e todo o orçamento do Câmara Municipal está indexado à referida realidade. Refere que neste momento o que poderá ser feito é uma revisão ao orçamento e fazer um retificativo em função daquela que for a evolução, sendo isso que está a ser analisado. Relativamente à área desportiva, afirma que não há nenhuma associação que tenha passado para um quarto do apoio, tendo sido poucas as que reduziram com o aumento de candidatos. O que existe é uma associação que em 2021 não concorreu aos apoios ao associativismo e não o tendo feito, numa primeira candidatura nem deveria ter apoio financeiro de acordo com o princípio da avaliação da sustentabilidade da própria entidade e isso foi feito a muitas associações que concorreram pela primeira vez. No entanto, o serviço de desporto considerou que a associação em causa devia receber um a verba equivalente à candidatura que foi feita, uma vez que só não tinha concorrido um ano. Em segundo lugar, afirma que não há um aumento exponencial de atletas, pelo menos em sede de candidatura, ainda que a associação em pedido de esclarecimento à Câmara Municipal tenha frisado que tinha 140 atletas, mas na candidatura apenas constam 94. Por último, refere que irá solicitar ao responsável do Serviço de Desporto que envie por escrito aos Vereadores, os critérios de análise das candidaturas do desporto, afirmando que a proposta agora apresentada é da responsabilidade dos respetivos serviços. Existem dois critérios que são privilegiados pelo Serviço de Desporto e isso está bem espelhado no aviso do concurso na área desportiva, que é a utilização de infraestruturas municipais e o histórico das próprias entidades, a que se soma a questão da federação desportiva, ou seja, a prática desportiva competitiva.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, estranhando que quando foi discutido este tema e a distribuição dos valores do apoio ao associativismo e a CDU propôs o aumento dos apoios em cerca de 10%, nem o PS, nem o PSD concordaram e no presente dia já todos concordam. Informa que a CDU continua a concordar, pois considera que os valores são reduzidos e que devem ser mais elevados. Compreende as questões que foram referidas pelo tema em análise e propõe que a Câmara Municipal se sente, por exemplo, com a Direção do Desportivo Clube das Piçarras e do Sporting Clube de Landeira a equacionar os problemas das referidas associações e como as enquadra nos apoios que lhes atribui. Afirma



que existem associações que não constam da proposta agora apresentada, provavelmente porque não se candidataram, como por exemplo as duas associações de reformados, possivelmente porque quando se aperceberam das candidaturas o prazo já tinha terminado. Considera que a Câmara Municipal deverá entrar em contato com as referidas associações para tentar perceber o que se passa e se for o caso abrir uma exceção. Apesar do que referiu, informa que a CDU se irá abster porque considera que o valor pode ser mais alto e irá apoiar se posteriormente o PS propuser aumentar esse valor.

Tomou a palavra o **Presidente**, esclarecendo que o executivo não concorda em aumentar o valor, mas em avaliar um contexto diferente e foi isso que disse ao Vereador Ricardo Videira. Respondendo às questões colocadas, refere que efetivamente há associações com um ritmo de atividades muito baixo, mas que têm encargos com a sede, que é o exemplo das associações referidas pelo Vereador Tiago Aldeias, e nesse caso há necessidade de apoio ao funcionamento corrente. No que diz respeito às associações de reformados, informa que já foi feito um contato e irá realizar-se uma reunião de forma a perceber em que aspetos é que a Câmara Municipal poderá apoiar, uma vez que não foi apresentada candidatura. Relativamente à associação referida anteriormente e aos valores, informa que, da segunda análise que o Município fez do último ano regular, essa é a associação com o mais elevado nível de sustentabilidade financeira, o que significa que termina o ano com lucro. Assim sendo, o executivo entendeu que se os contribuintes já pagam as atividades a 100 %, os contribuintes não devem sobrecarregar ainda mais com os seus impostos com o apoio a uma associação que tem um elevado nível de sustentabilidade, continuando ainda assim a ser atribuído um apoio, de forma a não os prejudicar.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que se existe uma coletividade que tem 100 atletas inscritos e a participar em atividades desportivas, não entende porque é que esta é penalizada por não ter tido atividade no ano anterior ou ter juntado a sua atividade com outro clube. Afirma que se existe um processo administrativo que faz condicionar a atribuição de um determinado apoio financeiro, os Vereadores da "Coligação Vendas Novas Primeiro" não concordam com isso e muito menos em penalizar alguém por fazer uma boa gestão dos recursos que tem à sua disposição. Refere ainda que se não se dá apoio financeiro a quem começa de novo, que é o momento mais difícil para uma associação, considera que tem de ser revista a forma como esse regulamento está a ser interpretado e utilizado. Reforça que é necessário serem conhecidos os critérios e coeficientes para atribuição na área do desporto, de forma tomarem uma decisão confortável e para que os cidadãos saibam com que base é que os apoios estão a ser atribuídos.

Tomou a palavra o **Presidente**, referindo que quando é analisado o perfil associativo das



ll
AD

várias associações de Vendas Novas, percebe-se que há dois perfis principais, os que dependem a 100% da Câmara Municipal para ter uma atividade e os que são mais autónomos, que investiram e arriscaram para ter a sua atividade. Afirma que todos os clubes são da terra, mas os critérios têm de ser amplamente divergentes. Ou seja, quem mais depende do erário do clube, menos recurso financeiro deve ter, em comparação com os que dependem apenas de si próprio para gerir o seu património. Refere que são claros os critérios de valorização e as tipologias e o peso que estas têm, podendo eventualmente ser necessária a matriz, mas irá solicitar a informação ao Serviço de Desporto para que seja remetida aos Vereadores. Relativamente ao facto de não ser atribuído apoio no primeiro ano, informa que a Câmara Municipal tem de fazer uma avaliação com os recursos que são dos contribuintes, antes de os entregar para que sejam geridos por entidades privadas. Para além disso, não se deve esquecer que tem de ser feita uma avaliação no final do período dos contratos e pode ter de haver devolução de verbas, afirmando que essa fiscalização é efetivamente feita.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, considerando importante que se acrescentasse no documento, no eixo do desporto, a importância das associações que muitas vezes são as únicas com um equipamento naquela freguesia, que por vezes prestam respostas sociais e recreativas.

Tomou a palavra o **Presidente**, referindo que pode ser solicitado ao Serviço de Desporto que no próximo ano acrescente a questão referida pelo Vereador Tiago Aldeias, considerando que se trata de uma questão pragmática e realista.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, reforçando que não é claro o raciocínio que está subjacente, principalmente no que diz respeito à área desportiva, recomendando que o assunto fosse trazido à próxima reunião de Câmara Municipal para que os Vereadores tenham o conforto por parte dos serviços do Município.

Tomou a palavra o **Presidente**, contrapondo a recomendação do Vereador Ricardo Videira, porque não se irá atrasar mais 15 dias a assinaturas dos contratos e o início dos pagamentos e o que sugere é que a informação do Serviço de Desporto seja completada e enviada aos Vereadores.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que não será necessário adiar 15 dias, podendo haver uma reunião extraordinária para esse efeito, afirmando que o facto é que o documento não tem a informação que conforte os Vereadores da "Coligação Vendas Novas Primeiro" para tomarem essa decisão. Nesse sentido, não havendo conforto da sua parte para tomar a decisão e não estando devidamente justificado, informa que irão votar contra a proposta apresentada.



Tomou a palavra o **Presidente**, informando que a Câmara Municipal presta muito mais tipos de apoios além dos que estão em discussão, nomeadamente a inclusão das associações de Vendas Novas em candidaturas que têm vindo a dar cada vez mais dinheiro a associações, seja na cultura, no desporto, ou na área social. Sempre tem vindo a tentar canalizar aquelas que são as oportunidades dos Quadros Comunitários para apoiar as associações de Vendas Novas. Por ultimo, relativamente à ultima questão colocada pelo Vereador Ricardo Videira, afirma que é extemporâneo esse tipo de discussão quando a Câmara Municipal tem um regulamento aprovado e em vigor e poderá promover-se a sua revisão, para que seja mais confortável para todos, passando a classificação e atribuição dos apoios da área do desporto a ser feita com forma matemática como é feito pelo Serviço Social e pelo Serviço de Cultura. Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que o Regulamento não estabelece coeficientes, estabelece critérios, que estão devidamente delineados para cada uma dessas áreas. Afirma que o que não é definido é qual é a relevância que é atribuída a cada um dos critérios numa determinada área, se é mais valorizado o património ou as atividades que estavam a ser realizadas. Nesse sentido considera importante que haja uma melhor explicação, porque os Vereadores da "Coligação Vendas Novas Primeiro" não conseguem tomar a decisão com base na informação que consta do documento agora apresentado, afirmando que havendo desconforto em relação a um ou dois casos e não havendo segurança em relação aos outros, preferem não tomar a decisão e como tal votarão contra.

O **Presidente** afirma que as atribuições dos apoios nem sempre foram feitas desta forma e ao longo dos tempos foram sendo dados passos significativos de forma a tornar mais transparente e clara a referida atribuição. Refere que há sempre melhorias a fazer, mas elas são feitas em sede regulamentar, afirmando que o que está proposto no documento cumpre o mesmo, porque este não determina o grau de análise de cada um dos serviços. Considera que não se deve colocar de parte a votação de um documento por causa de um caso específico de uma associação, uma vez que concorreram mais de quarenta, o que é muito bom para a Câmara Municipal.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, informando que, tendo em conta que pensa que os valores devem ser aumentados, mas que já foi assumido que seriam resolvidas algumas das questões que considera importantes, irá abster-se na presente votação.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que o executivo assumiu em sede de orçamento que a sua intenção é promover um aumento gradual e o que está a falar na presente reunião é de promover um aumento a meio do ano.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Tiago



CC
AD

Aldeias, com votos contra dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias e com votos a favor do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, que utilizou o voto de qualidade, aprovar a proposta final de apoios à atividade regular do Associativismo para o ano de 2022 e a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades associativas.

2.2 - Expediente

2.2.1 – Apoio ao Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Câmara Municipal de Vendas Novas para o ano de 2022

O Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Câmara Municipal de Vendas Novas enviou o relatório de atividades e contas de gerência de 2021 e o plano de atividades e orçamento para 2022. Assim, apresenta-se o cálculo do limite da transferência a efetuar neste âmbito, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, e a minuta do protocolo a celebrar entre as duas entidades, o qual prevê um apoio a conceder no montante de 11.000 €, tal como atribuído em 2021.

A Câmara Municipal tomou conhecimento do relatório de atividades e contas de gerência de 2021 e do plano de atividades e orçamento para 2022 do Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Câmara Municipal de Vendas Novas e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio de 11.000 € ao Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Câmara Municipal de Vendas Novas e aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre as duas entidades.

2.2.2 – Proposta de apoio – Paróquia de S. Domingos Sávio

Presente proposta de apoio extraordinário à Paróquia de S. Domingos Sávio, consubstanciado na cedência de transporte para atuação de grupo de jovens de Vendas Novas, vencedores do Festival Diocesano de Évora, em representação da Diocese de Évora no Festival da Canção Jovem (Aveiro), no valor estimado de 952,09€.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio extraordinário em espécie à Paróquia de S. Domingos Sávio, consubstanciado na cedência de transporte, para atuação de grupo de jovens de Vendas Novas, vencedores do Festival Diocesano de Évora, em representação da Diocese de Évora no Festival da Canção Jovem, em Aveiro, no valor estimado de 952,09€.



2.2.3 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **resumo diário de tesouraria**, respeitante ao dia 2 de maio de 2022, cujo saldo é de 2.107.249,81 €, correspondendo 1.860.069,09 € a dotações orçamentais e 247.180,72 € a dotações não orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Processo n.º 450.10.204.03/2022/8**, em nome de **Lúcio das Neves Marques António** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de reconstrução da cobertura de uma habitação, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de arquitetura a 2022/03/25. Foi entregue o projeto de estabilidade acompanhado do respetivo termo de responsabilidade a 19/04/2022.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de estabilidade ao abrigo do Artigo 23.º do RJUE, do Processo n.º 450.10.204.03/2022/8, em nome de Lúcio das Neves Marques António, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2022/2568).

- **Processo n.º 450.10.200.00/2021/5**, em nome de **Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor, Crl** - O processo acima identificado, foi objeto de deliberação na reunião ordinária de 08.03.2022 no ponto referente às obras de licenciamento. Sucede que foi detetado um erro na área de cedência e no cálculo de taxas responsabilidade do promotor, na informação técnica INT_CMVN/2022/1129 datada de 22.02.2022, que serviu de base à indicada deliberação. Assim, esclarece-se que a área de cedência será de 1197,00 m² e não 567,00 m² e o valor total das taxas a pagar pelo promotor será de 103.420,80 € e não 25.218,17 €. Pelo exposto, propõe-se que face aos indicados lapsos, o processo supra identificado, seja objeto de reapreciação e sujeito novamente a deliberação de Câmara.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, fazendo o enquadramento do ponto em análise.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, recordando que, na última vez que o presente



LL
RRR

ponto veio à reunião da Câmara Municipal, pediu para que o mesmo fosse retirado, por ter erros e por ir contra os princípios do ordenamento do território que os restantes membros dizem defender. Repete no presente dia que este ponto deve ser retirado e a CDU irá votar contra, afirmando que os restantes membros irão manter, provavelmente, a mesma incoerência, que é dizer uma coisa sobre o ordenamento do território e defender outra. Afirma que, quando os restantes membros se dizem preocupados com o espaço público, na presente proposta permitem que a Câmara Municipal abdique do seu direito a garantir o espaço público às populações. Está a falar-se de um loteamento com 19 habitações, em que a Câmara Municipal abdica de qualquer espaço verde, ou de qualquer espaço para a construção de qualquer equipamento. A CDU reafirma que não concorda com isso, pois apesar da Câmara Municipal ir receber dinheiro, fica impossibilitada de dar uma resposta às potenciais famílias que ali irão viver, no que diz respeito a espaços verdes e equipamentos. Reafirma também que o documento tem erros e pelas razões que enunciou irá votar contra.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, afirmando que não é por se aprovar este pedido de informação prévia que, de um momento para o outro, deixaram de se preocupar com o ordenamento do território. O executivo considera que o ordenamento do território tem de ser algo estruturado e pensado e nem todo o loteamento tem de ter um espaço verde, pois estes devem ser bem integrados nas características de cada local e de cada zona da cidade e devem espelhar aquela que é a realidade do local a envolvência e que seja um espaço verde que seja aprazível e de utilização comum, não só pelas famílias daquele loteamento, mas por toda a população do Concelho. Informa que é nesse sentido de ordenamento do território pensado, que o executivo irá propor no próximo ano o Plano de Pormenor dos Foros da Misericórdia, que permitirá articular todas essas visões, para que os espaços verdes não sejam apenas um lote de relvado dispersos pela cidade, mas que seja algo que realmente tenha a mais-valia de espaço e laser que os espaços verdes devem ter. Além de que os espaços verdes também geram encargos para os serviços municipais, pelo que é preferível ganhar alguma escala e fazer-se algo bem pensado e estruturado para o futuro.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, afirmando que a posição da CDU se mantém a mesma e não pode votar a favor deste pedido de informação prévia.

Tomou a palavra o **Presidente**, reforçando que se trata de um pedido de informação prévia, não estando a ser aprovado para já nenhum projeto de loteamento.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que os Vereadores da "Coligação Vendas Novas Primeiro" não conhecem o projeto em concreto, simplesmente têm a



informação que vem dos serviços. Pergunta se o Vereador Tiago Aldeias tem alguma informação relativamente ao projeto em concreto que o faça ter as reticências em relação à utilização de espaços verdes. Refere que realmente há um enquadramento legal para a decisão que irá ser tomada pela Câmara Municipal, considerando que o dinheiro que irá reverter a favor da Câmara Municipal seja utilizado em espaços públicos, tal como aconteceu em outras situações.

O **Vereador Tiago Aldeias** refere que o que está a ser decidido é uma decisão política. Informa que a informação que tem é a que consta dos documentos enviados a todos os Vereadores e conhece a sua localização.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, revogar a deliberação da Câmara Municipal de 8 de março de 2022 relativa ao processo n.º 450.10.200.00/2021/5, e aprovar o pedido de informação prévia para alteração do loteamento do Processo n.º 450.10.200.00/2021/5, em nome de Cooperativa de Construção e Habitação Económica Giraldo Sem Pavor, Crl, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2022/2582).

- **Processo n.º 450.10.204.03/2022/1**, em nome de **Maria Luiza Lopes Fidalgo Pessoa Rolão** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido alteração de uma moradia unifamiliar para 2 fogos, em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de arquitetura entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas, o RGEU e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2022/1, em nome de Maria Luiza Lopes Fidalgo Pessoa Rolão, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2022/2603).
- **Processo n.º 450.10.204.03/2022/30**, em nome de **Júlio Celestino Pereira Miguens e outra** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido do projeto de legalização de áreas em duas habitações, garagem, anexo e muro, em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de legalização entregue com a legislação em vigor, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, o RMEU de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as



condições para o seu deferimento.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de legalização do Processo n.º 450.10.204.03/2022/30, em nome de Júlio Celestino Pereira Miguens e outra, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2022/2618), devendo ser levantado o respetivo auto.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ACTA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 34 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias, e por mim, Helena Alcácer, na qualidade de secretária da reunião, que a lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal

A Assistente Técnica

Vendas Novas, 3 de maio de 2022



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, **por maioria, com voto contra do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira, Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias**, na reunião realizada em **26/07/2022**.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF